

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)

CONSELHO NACIONAL

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL

29/11 a 4/12 NA PRAIA

COMUNICADO

Sob a presidência do Secretário Geral o Conselho Nacional reuniu-se na sua 5ª Sessão Ordinária de 29 de Novembro a 4 de Dezembro na cidade da Praia.

Da ordem do dia constaram os seguintes pontos:

- 1 - Aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - Estado da aplicação das decisões do 2º Congresso e algumas questões de política Internacional- Introdução pelo Camarada Secretário-Geral.
- 3 - Relatório do Governo, sua discussão e aprovação.
- 4 - Informação sobre a Lei Eleitoral e as eleições legislativa de 1985.
- 5 - Orçamento do Partido para 1985
- 6 - Relatório da CNCR
- 7 - Aprovação do Regulamento das Sanções
- 8 - Princípios básicos que devem orientar a elaboração da lei da Administração Municipal.
- 9 - Eleição do Presidente da CNCR.
- 10 - Questões disciplinares.
- 11 - Informação sobre o X Aniversário
- 12 - Informação sobre a Conferência Nacional da OMCV.

.../...

A abrir o debate sobre o segundo ponto da Ordem do dia o Camarada Secretário-Geral forneceu ao Conselho uma detalhada informação sobre o estado da aplicação das decisões do 2º Congresso que incidiu particularmente sobre:

(1) a implementação do aparelho auxiliar do Conselho Nacional, (2) a política de Quadros; (3) a acção ideológica; (4) a defesa e segurança; (5) os organismos do poder de participação popular, da administração pública e justiça; (6) as organizações de massas; (7) a emigração; (8) as relações exteriores do Partido.

No respeitante às questões do Partido realçou que, quanto à implantação do aparelho auxiliar do CN, há a necessidade duma política que garante ao Partido dispor de quadros competentes política e profissionalmente para, de acordo com as crescentes exigências do desenvolvimento, exercer plenamente a sua função dirigente.

O Camarada Secretário-Geral valorou a entrada em funcionamento do IAPE no princípio do próximo ano, o que virá coroar numa série de esforços do Partido e do Estado no domínio da emigração. Encorajou a realização duma missão junto das comunidades caboverdeanas na emigração a fim de se incentivar o diálogo e o intercâmbio necessário à resolução dos muitos problemas que nos afectam. No capítulo das organizações de massas e sociais, apontou as associações de camponeses que vêm aparecendo em diversas ilhas como sinal dos avanços que se vêm registando no campo da elevação do nível organizativo e político ideológico das massas populares.

O Camarada Secretário-Geral referiu a acção dinâmica do Departamento das Relações Internacionais do Partido nomeadamente na busca de relações com novos partidos e do reforço das relações antigas com vista a implementar a nossa cooperação com outros povos e Estados.

Na segunda parte da sua intervenção o Camarada Secretário-Geral fez uma

análise da situação política internacional nos planos político, económico e militar tendo-se detido com maior pormenor em África e particularmente na situação na África Austral.

O Camarada Secretário-Geral referiu que a África é o continente que mais sofre com a crise que o mundo atravessa, permanecendo e acentuando-se (a) a instabilidade política, (b) a manutenção de situações coloniais, (c) a permanência de ameaças à soberania e estabilidade dos estados africanos e (d) a paralisia das instituições regionais e sub-regionais. Congratulou-se pelos recentes avanços registados ao nível da funcionalidade da O.U.A. e, abordando a situação no Sará Ocidental considerou o concenso a que se chegou na última Cimeira como um avanço e que, a RASD, obteve uma importante vitória diplomática, mas alertou para a necessidade de se analisar correctamente o significado da saída de Marrocos da Organização além de que a situação no plano militar não permite grandes optimismos. Sobre o Tchad o Camarada Secretário-Geral considerou complexa a situação apesar da assinatura dos acordos Franco-Líbios que poderão favorecer a reconciliação dos tchadianos mas que a situação geoestratégica e os recursos potenciais desse país continuam a ser fonte de ingerências de interesses estranhos não facilitando a implantação da paz nessa zona de África. A África Austral mereceu atenção especial tendo o Conselho Nacional sido informado dos fortes e diversificados interesses que se entrecruzam na região. O Camarada Secretário-Geral realçou que a República Popular de Moçambique e a República Popular de Angola, ao engajarem-se num processo de negociações com a República da África do Sul tendente a criar uma nova situação de paz e estabilidade na região, contribuíram para o aparecimento de uma dinâmica que abre novas perspectivas para a solução global dos problemas da África Austral.

O Camarada Secretário Geral explicou qual tem sido o papel da República de Cabo Verde que se fundamenta nos profundos laços históricos e políticos que a

.../...

ligam a Angola e Moçambique. Realçou ainda o Camarada Secretário Geral que esses papel tem sido desempenhado sempre tendo presente o convencimento de que nenhum arranjo diplomático duradouro é possível na África Austral sem que se engaje uma nova dinâmica tendente ao acesso da Namíbia a uma real independência de conformidade com a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU. Referiria a encerar este ponto que Cabo Verde está optimista mas que este optimismo é prudente e paciente, prudência que é ainda reforçada pelas últimas notícias vindas a público acerca da divulgação pela RPA e RAS das suas últimas posições nas negociações em curso.

A encerrar a sua intervenção o Camarada Secretário-Geral apelou para que a 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional decorresse com espírito de Responsabilidade, Unidade e Eficácia, espírito que deverá marcar a reflexão do X Aniversário, reflexão para que devem estar mobilizados todos os cidadãos e em particular os militantes do Partido.

A apresentação do relatório seguiu-se um profundo e animado debate tendo o Conselho Nacional elogiado o Camarada Secretário-Geral pela clareza e profundidade do documento apresentado bem como pela alcance das análises desenvolvidas tendo feito suas as conclusões e as orientações propostas. O Conselho Nacional congratulou-se com os importantes passos já dados no caminho da implementação das decisões do 2º Congresso na linha das recomendações da 3ª Sessão Ordinária do CN realizado em Outubro de 1983. Reconhecendo as dificuldades reais que explicam a não concretização de algumas decisões o Conselho Nacional exprimiu o seu apoio aos esforços em curso para a superação das mesmas e completa realização das acções programadas para 1985.

No quadro do debate, o Conselho recebeu importantes informações e explicações prestadas pelo Camarada Olívio Pires no concernente ao 2º Encontro Nacional de Organização, do Camarada José Araújo acerca dos órgãos de informação, tendo aprovado as orientações seguidas.

O Conselho adoptou uma decisão delegando no Secretariado do CN os poderes de gestão do corpo privativo de funcionários do Partido referidos no artigo 3º do Decreto-Lei nº 73/84 da 28 de Julho.

Passando à actividade do Governo o CN apreciou o relatório apresentado pelo Secretário-Geral Adjunto que incidiria a sua intervenção sobre (1) a construção do Estado, um Estado que seja símbolo e instrumento do povo caboverdeano na sua luta pela edificação do futuro e as dificuldades de tal construção dadas as características que queremos que sejam as desse Estado; (2) a formação, englobando a educação de base bem como a formação de quadros em todos os domínios e a todos os níveis; (3) o sector empresarial público, realçando que o balanço das carências e dificuldades desse sector comparado com o papel positivo que vem desempenhando bem como os benefícios directos que já forneceu, leva à conclusão de que a opção por um sector empresarial público bem dimensionado é correcta. A questão que se põe é a de uma gestão eficaz e de o Estado não tentar fazer aquilo que outros podem fazer melhor ou que não é fundamental para a garantia da Independência Nacional, (4) a dívida externa que foi analisada nos aspectos respeitantes ao montante, composição, seu peso em relação ao PIB e ao montante das exportações, a sua distribuição pelos diversos credores, os principais beneficiários dos empréstimos contraídos e o importante e fundamental aspecto da gestão da dívida, (5) a materialização das recomendações do 2º Congresso respeitantes aos sectores da Indústria e das Pescas; (6) a gestão Orçamental em que fez um balanço da execução do Orçamento de 1984 e a apresentação das linhas gerais do Projecto do OGE para 1985, realçando as preocupações do Governo com a gestão rigorosa do Orçamento o que se traduz pela submissão à ANP de um projecto de lei do enquadramento do Orçamento Geral do Estado e por último (8) o X Aniversário da Independência Nacional que se comemorará no próximo ano.

.../...

A apresentação do Relatório do Governo foi complementada por intervenções do Camarada João Pereira Silva acerca do estado da execução da Reforma Agrária, do Movimento Cooperativista e da campanha agrícola 1984/85, do Camarada José Brito sobre a cooperação internacional, o balanço do cumprimento do I Plano Nacional de Desenvolvimento e o estado da preparação do II Plano. O Conselho Nacional teve ainda a oportunidade de ouvir o Ministro da Saúde e Assuntos Sociais sobre as medidas tomadas para fazer face à situação de emergência causada pelo temporal de Setembro e o Secretário de Estado das Finanças acerca do Orçamento Geral do Estado e da dívida externa.

O Camarada Secretário Geral Adjunto aproveitou ainda a oportunidade para informar o Conselho da submissão à ANP pelo Governo, o Governador do BCV, os chefes das missões diplomáticas e consulares, os Delegados do Governo e os gestores das Empresas Públicas a fazerem a declaração dos seus bens no início e no termo do exercício de funções, tendo explicado as razões do mesmo que derivam duma opção política que exige que os detentores de certos cargos políticos tenham no tocante a bens pessoais, uma situação absolutamente transparente face ao Estado e ao Povo a quem servem.

No debate que se seguiu o Conselho Nacional felicitou o Camarada Secretário Geral Adjunto pela clareza dos elementos apresentados e sobretudo pelo rigor com que abordou os aspectos negativos que ainda subsistem ao nível da nossa Administração particularmente no Sector público empresarial. O C.N. felicitou ainda o Camarada Primeiro-Ministro e todo o Governo pelos esforços consentidos e pelos êxitos alcançados congratulando-se pela forma como vêm sendo geridos os negócios do Estado.

O C.N. interessou-se em especial pelos aspectos ligados à formação de quadros, à dívida externa, ao Orçamento Geral do Estado, à situação do sector

.../...

público empresarial, à Reforma Agrária, ao cooperativismo e à cooperação internacional. Sobre todos esses pontos registou-se animado debate com múltiplas intervenções e pedidos de esclarecimento tendo o Conselho recomendado no geral a manutenção das orientações de base até agora seguidas nesses domínios, com a intensificação dos esforços em curso, particularmente no que toca à eficácia de gestão, ao rigor na utilização dos meios, tendo reconhecido também os êxitos alcançados. No que toca em particular à cooperação internacional o Conselho Nacional, realçou o facto de Cabo Verde ter sido capaz de mobilizar uma importante ajuda externa o que em grande parte se deve ao prestígio granjeado junto da comunidade internacional pela correcta gestão da ajuda recebida. Tal facto, no entanto, não nos deve fazer esquecer a grande dependência do exterior que continua a caracterizar a economia e o desenvolvimento do país. Neste contexto, é fundamental termos sempre presente que a cooperação só tem sentido se servir ao desenvolvimento e este deve reforçar a independência, isto é, a autonomia e a capacidade de criar o nosso próprio futuro.

Em conclusão dos debates sobre o relatório apresentado pelo Camarada Secretário Geral Adjunto, o Conselho Nacional exprimiu o seu optimismo, fundado na certeza de que seremos capazes de ultrapassar todos os obstáculos que existem, naturalmente, no caminho da Reconstrução Nacional.

Pensado ao ponto 4 da ordem do dia o Conselho apreciou uma informação que lhe foi prestada pelo Camarada Abílio Duarte, respeitante à Lei Eleitoral para a Assembleia Nacional Popular e às eleições legislativas de 1985.

O Cda Abílio Duarte explicou a necessidade de se reestruturar a Lei Eleitoral vigente autonomizando em diplomas separadas as matérias respeitantes ao recenseamento eleitoral, às eleições para a ANP e por fim à Comissão Eleitoral Nacional. A proposta de Lei a ser apreciada pela ANP integra portanto as normas

.../...

destinadas a regular as eleições para a Assembleia Nacional Popular, designadamente os preceitos respeitantes a: (a) Capacidade eleitoral; (b) Sistema eleitoral; (c) Organização do processo eleitoral; (d) Eleição e (e) Ilícito eleitoral. Conquanto não se introduzam alterações substanciais nos mecanismos da técnica eleitoral utilizados na eleição anterior, incluem-se alguns artigos inteiramente novos e alteram-se outros, ficando os princípios consagrados no texto em conformidade com a moderna doutrina eleitoral.

Com base numa proposta apresentada pelo Secretariado o C.N. aprovou o Orçamento Geral do Partido para o ano de 1985.

Procurando reflectir a dinâmica que está sendo imprimida à acção partidária, nos diversos domínios, o Orçamento espelha, por outro lado, os condicionamentos económico-financeiros da conjuntura actual, pelo que o Conselho reiterou a necessidade de um uso criterioso dos meios disponíveis, com estrita observância das normas de gestão financeira adoptadas na reunião extraordinária de Março último.

O Conselho apreciou o Relatório da Comissão Nacional de Controle e Revisão apresentado pelo respectivo Presidente, Camarada Carlos Reis e congratulou-se pelo facto de esse órgão, apesar das múltiplas dificuldades que condicionam o seu funcionamento, ter registado avanços significativos na sua actividade. A CNCR foi encorajada a prosseguir os esforços no sentido do exercício plano das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos do Partido.

Tornando-se necessário actualizar e aperfeiçoar as normas regulamentares sobre a aplicação de sanções disciplinares, à luz dos novos Estatutos aprovados pelo 2º Congresso do PAICV e da experiência ganha pela organização partidária, o Conselho Nacional aprovou um novo Regulamento para a Aplicação da Sanções.

O Conselho Nacional, com base na introdução feita pelo Camarada Júlio de Carvalho, apreciou o documento "Os princípios básicos que devem orientar a ela-

boração da Lei da Administração Municipal". Do importante debate que se estabeleceu e no marco dos princípios constitucionais expressos nos artigos 2º, 3º, 6º, 7º e 88º concluiu-se que deve o Governo prosseguir na elaboração do projecto de Lei em causa, o qual deverá ser escrita tanto as linhas de orientações do documento apresentado como as sugestões e observações feitas durante os debates. O Conselho recomendou, por outro lado, que seja adoptado o princípio das eleições para a constituição dos órgãos colegiais municipais e que sejam previstas formas de dotar as estruturas municipais de meios que lhe permitam melhorar a gestão administrativa para a afirmação do Poder Local na resolução eficaz dos problemas específicos das localidades.

O Conselho Nacional apreciou o pedido de demissão de membro do Partido que lhe foi submetido pelo Camarada Eduardo Alinho, e entendeu responder positivamente através do mecanismo de desactivação.

Em substituição do Camarada Carlos Reis, entretanto nomeado para exercer as funções de Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, o Conselho elegeu o Camarada Corsino Tolentino para o cargo de Presidente da Comissão Nacional de Controle e Revisão e igualmente foi eleito o Camarada Cândido Santana para integrar a mesma na vaga deixada pela desactivação do Camarada Eduardo Alinho.

Acerca das comemorações do X Aniversário da Independência Nacional, o Camarada Júlio de Carvalho, na qualidade de Presidente da Comissão Central das referidas comemorações, fez ao Conselho o ponto da situação dos preparativos no que foi completado pelos presidentes das sub-comissões já criadas e em funcionamento.

O Conselho Nacional fez suas as considerações e recomendações contidas nos relatórios apresentadas pelos Camaradas Secretário Geral e Secretário Geral Adjunto nos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia acerca das comemorações do X Aniversário da Independência Nacional. O C.N. concluiu que as comemorações deverão ser

colocadas sob o lema "Responsabilidade, Unidade, Eficácia".

O Conselho lançou um apelo a todos os cidadãos para se mobilizarem no debate e na reflexão sobre os problemas fundamentais da vida da Nação, reflexão que deve ser feita sem falsas modéstias perante a grandeza do esforço feito e dos resultados conseguidos mas também sem triunfalismos nem contemplações perante os aspectos que devem ser criticados.

O Conselho Nacional exortou todas as estruturas do Partido, da Administração, das Organizações de Massas, dos Organismos de Participação Popular, das Organizações Sociais, todos os militantes onde quer que se encontrem, a apoiarem por todos os meios ao seu alcance as iniciativas e as acções que se irão desenvolver por forma a garantir que o Ano do X Aniversário se transforme em ano de empenho, de dedicação, de esforço de todos, para a realização de um salto qualitativo no funcionamento geral do Partido e do Estado de Cabo Verde.

A finalizar os trabalhos da sua 5ª Sessão Ordinária, o Conselho foi informado pela Camarada Maria das Dores Pires dos preparativos para a realização em 1985, da II Conferência Nacional da OMCV. O C.N. exprimiu a sua satisfação não só pelo elevado grau de responsabilidade posta nos trabalhos preparatórios mas também pelo grande envolvimento e empenho postos pelas militantes na organização da Conferência bem como na discussão das teses.

O Conselho Nacional lançou um apelo a todas as estruturas do Partido e das Organizações de Massas e Sociais bem como às do Governo no sentido de dispensar à OMCV todo o apoio de que necessita, nomeadamente no aprofundamento da reflexão sobre os problemas em debate, com vista a fazer da próxima reunião da Organização feminina um marco na luta das mulheres caboverdeanas pela sua emancipação e solução dos problemas que lhes são específicos.

A 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do PAICV apreciou no seu devido

.../...

valor o elevado nível organizativo dos trabalhos da reunião com o qual se congratulou, louvando os responsáveis do Secretariado que participaram na preparação da mesma e exortando-os a prosseguirem na via apontada pelo Camarada Secretário Geral de forma a fazer com que as sessões do CN. sejam cada vez mais eficazes e produtivas.

Praia, 3 de Dezembro de 1984

O Conselho Nacional do P. A. I. C. V.